

Arquitetura e patrimônio: A educação patrimonial como possibilidade sustentável de preservação

Architecture and patrimony: Patrimonial education as a sustainable possibility of preservation

Tarcísio Dorn de Oliveira, Mestre em Patrimônio Cultural, UNIJUÍ.

tarcisio.oliveira@unijui.edu.br

Bruna Calabria Diniz, Acadêmica de Engenharia Civil, UNIJUÍ.

bbrunadiniz@hotmail.com

Gabriel da Silva Wildner, Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo, UNIJUÍ.

wildner.gabriel@gmail.com

Resumo

A presente investigação teórica intenta abordar questões relacionadas em articular a proteção e a preservação do patrimônio edificado conhecendo e entendendo melhor o ambiente construído, através de uma reflexão constante do pensamento crítico e criativo em relação aos bens edificados. Visa instigar a sociedade na contemporaneidade para que possa desenvolver reflexões e ações adequadas que fortaleçam a identificação, a valorização e a preservação da memória, onde através da arquitetura, seja possível observar a importância que tais edifícios trazem aos espaços urbanos, criando olhares que busquem e apreciem a manutenção desse patrimônio e um ambiente que se tenha respeito ao antigo, a história e ao mesmo tempo auxiliando no que diz respeito a sustentabilidade ambiental das cidades.

Palavras-chave: arquitetura; patrimônio; educação; preservação;

Abstract

The present theoretical investigation tries to address related issues in articulating the protection and preservation of the built heritage, knowing and understanding better the constructed environment, through a constant reflection of the critical and creative thinking in relation to the constructed goods. It aims to instigate society in the contemporary world so that it can develop reflections and appropriate actions that strengthen the identification, the valorization and preservation of memory, where through architecture, it is possible to observe the importance that such buildings bring to

urban spaces, creating looks that seek and appreciate the maintenance of this heritage and an environment that respects the old, the same time assisting with regard to the environmental sustainability of cities.

Keywords: *architecture; patrimony; education; preservation;*

1. Introdução

Ao definir cultura como um fenômeno social produzido pelo homem, pode-se estreitamente considerar a Arquitetura uma produção social, e, por consequência, cultural. Como aponta Harvey (2000, p. 159), sobre a construção coletiva do homem, “a Arquitetura e a Cidade, se transformou em uma extensão do que uma coletividade quer”. Nessa visão, a Arquitetura assume um papel que acaba por contribuir na formação da identidade de um local, na formação de grupos, de categorias sociais e no resgate da memória, desencadeando assim uma ligação entre o cidadão e suas raízes.

Arantes (2006), observa que é a presença das edificações e a sustentabilidade das mesmas que fortalecem a memória e a identidade de uma sociedade, pois a preservação das áreas urbanas possui um forte caráter democrático dentro da possibilidade de favorecer o reconhecimento por toda a comunidade local da historicidade e noção de possibilidade de mudança das estruturas sociais transcendendo as atividades cotidianas. Nesse contexto Benjamin (1985), observa que a arquitetura é como o protótipo de uma obra de arte cuja recepção se dá coletivamente e entende que o patrimônio é resposta do movimento que ocorre em determinado momento na comunidade que se liga diretamente à história, memória e construção da identidade de uma sociedade. Isso porque quando se preserva as manifestações materiais se evoca a história, a cultura, a memória e a identidade social como um todo e esse de suporte da memória serve à comunidade no processo de aprendizagem social e no processo de construção da cidadania.

Tomaz (2010) analisa que, o cuidado ao preservar o patrimônio de uma cidade objetiva preservar a sustentabilidade da memória local, valorizando assim o contexto social de qualquer ambiente que possua significado para a comunidade, pois não é possível preservar a memória de um povo sem, ao mesmo tempo, preservar os espaços por ele utilizados e as manifestações cotidianas de seu viver. Entende-se assim a importância do patrimônio para a memória social, evocando a cultura e acontecimentos que possuem significância para a comunidade, assim colaborando com o fortalecimento do sentimento de pertencimento com o local e por fim reafirmando a identidade do lugar.

Conforme Arantes (2006), o patrimônio é sustentabilidade e construção social, quando se fala de construção social fala-se também de memória. Essa relacionada ao social que confere sentido e que é elementar quando falamos da preservação do patrimônio de uma cidade, pois dentro desta dinâmica do processo de construção da memória social, o aspecto do patrimônio do pertencer e se mostrar público corrobora com a apreensão da história do coletivo, de forma que a memória já inserida no cotidiano da comunidade impulsiona a historicidade da localidade.

As significações dadas à Arquitetura, conforme Medeiros e Surya (2010), acabaram por gerar não somente a simples preocupação de grupos isolados ou familiares de garantir seu legado para gerações futuras, mas sim, passa a estimular a produção de leis de salvaguarda

transformando-se em uma problemática mundial. Canani (2005) afirma que a Arquitetura vista como Patrimônio está relacionada a um bem que pertence ao paterno, tão valioso que justifica sua herança e preservação, por nela estar incutida a memória e a identidade de quem o deixa e de quem o herda.

2. Metodologia

Na elaboração deste ensaio teórico observou-se o estudo exploratório, onde tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Pode-se dizer que esta reflexão tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, onde seu planejamento a priori é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Assim, foi realizado um levantamento bibliográfico desenvolvido com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos, que a partir dos dados obtidos, realizou-se a análise e interpretação das informações, mesclando-as de maneira a conseguir uma maior compreensão sobre o tema abordado.

3. Desenvolvimento

Medeiros e Surya (2010) observam que Patrimônio é um grande acervo, é o registro dos acontecimentos da história de um lugar, de uma sociedade e muitas vezes se perde por falta de incentivo ou pela perda da identidade da comunidade, que sofre as mudanças e interferências do mundo, haja visto, que a herança cultural adquirida pode fornecer informações significativas acerca da história de um país e do passado da sociedade.

Dessa forma preservação se mostra de extremo valor para o fortalecimento da identidade social de uma comunidade, diante disso, Rocha (2012) complementa que sua preservação torna-se fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento cultural de um povo, uma vez que reflete em sua formação sociocultural. Assim, Patrimônio é o conjunto de bens materiais que contam a história de um povo e sua relação com o meio onde estão inseridos, sendo o legado herdado do passado e transmitido às novas gerações.

Nesse sentido a Arquitetura Patrimonial entra com o pertencer à comunidade que a produziu e que a compõem, onde a consciência em preservar, sem dúvida, contribuirá para que os demais possam usufruir desta herança e, que por meio destes testemunhos do passado, possam compreender o processo de desenvolvimento da identidade desse espaço. Assunção (2003), reforça que o Patrimônio Edificado pode ser entendido como um bem isolado ou conjunto deles, formando e fortalecendo o testemunho da intervenção humana no ambiente construído, englobando as mais diversas formas. Ainda Choay (2001), completa dizendo que a preservação do Patrimônio Cultural abrange diversos aspectos daquilo que é considerado monumento histórico, onde no caso dos bens arquitetônicos essa discussão relaciona-se intimamente com uma de suas características intrínsecas, o uso, pois a arquitetura é a única,

entre as artes maiores, cujo uso faz parte de sua essência e mantém uma relação complexa com suas finalidades estética e simbólica.

Neste contexto, entra a preservação do Patrimônio, onde o dilema passa a ser o da requalificação das cidades sem agredir a paisagem urbana que traz muitas histórias e memórias, haja visto, que a cidade real passa a ser o foco, ao invés da cidade ideal. Complementando sobre, Oliveira et al. (2014), observam que o planejamento urbano encontra desafios, pois está comprometido com o alcance de um futuro mais justo, onde para o alcançar esse objetivo, por vezes, há a necessidade de transformação das funções urbanas, da reconfiguração do território, do reconhecimento da instabilidade e da complexidade da área do planejamento urbano.

Nessa ótica, Lemos (2006) complementa salientando que a necessidade de adaptar e intervir é intrínseca à história da preservação dos objetos arquitetônicos, onde por durante séculos, as intervenções em edifícios existentes tinham como principal objetivo a sua adequação às necessidades e exigências contemporâneas, podendo variar desde o reuso dos materiais, destruição e abandono total decorrentes da perda de função como em templos pagãos, anfiteatros, dentre outros, até reconstruções, alterações no projeto original e adaptação para novos usos, como no caso das basílicas romanas, construções laicas reutilizadas para funções religiosas.

O Patrimônio Arquitetônico possui a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ele, e por isso, é alvo de estratégias que visam a sua promoção e preservação, onde a preocupação em protegê-lo começou no início do século XX, sendo criadas a partir daí, várias comissões e conferências para estabelecer critérios para proteger e conservar o patrimônio. Nesse sentido, Oliveira et al. (2014), analisam que as políticas de preservação do patrimônio transformam-se em peças essenciais e estratégicas, sendo, por vezes, identificadas como verdadeiros instrumentos de gestão das cidades, onde a integração do patrimônio ao dia a dia das pessoas e às suas celebrações faz com que este exerça força geradora de identidade, de valorização e de referência cultural.

Diante do aspecto de políticas de preservação do patrimônio, Rocha (2012), observa que no Brasil, as primeiras medidas oficiais surgiram em 1936, a partir de um anteprojeto de Mário de Andrade e alguns intelectuais da época, com suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, através da criação do SPHAN-Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Já Medeiros e Surya (2009), ressaltam que a necessidade de preservar o Patrimônio Arquitetônico no Brasil manifesta-se em um movimento de valorização da cultura Nacional e propostas de proteção desses bens, onde o patrimônio passa a ser carregado de simbolismo, materializando elementos de memória nacional.

Para Oliveira e Oliveira (2008), preserva-lo então, pode ser uma medida eficaz, garantindo que a sociedade tenha a oportunidade de conhecer sua própria história e de outros, por meio do patrimônio material, imaterial, arquitetônico ou edificado, arqueológico, artístico, religioso e da humanidade. É através da materialidade, que o indivíduo consegue se realizar e afirmar sua identidade cultural, podendo também, reconstruir o seu passado histórico.

Nesse contexto, Dias e Machado (2009), salientam que como política de preservação do patrimônio podem ser identificadas uma série de medidas composta, basicamente, de um conjunto de normas, suporte técnico adequado e canais de participação da sociedade, onde é importante que se considere a valorização de políticas preventivas, compensatórias e de

estímulo, bem como, a diversidade de alternativas de proteção, buscando entender a questão da preservação de maneira sistêmica e abrangente. Complementam essa política ações de formação da consciência preservacionista.

O Patrimônio diz respeito às maneiras de o ser humano existir, pensar e se expressar, bem como, as manifestações simbólicas dos seus saberes, práticas artísticas e cerimoniais, sistema de valores e tradição. Pelegrini (2006), ressalta que é importante entrelaçar situações de ensino e aprendizagem com o que se denomina de preservação do patrimônio cultural, onde a noção de preservação do patrimônio cultural surge junto à movimentos sociais que buscam a autonomia e a valorização da cultura nacional.

Dentre as várias iniciativas que visam à promoção do patrimônio, uma das mais difundidas atualmente, é sem dúvidas, a Educação Patrimonial, qual segundo Rocha (2012), tal ação tem sido considerada como o ensino focalizado nos bens culturais, e tem como objetivo, proporcionar a comunidade um contato maior com o Patrimônio de sua região. O autor salienta que com ela, busca-se levar crianças e adultos a um processo de conhecimento e valorização do universo sociocultural da comunidade, o que acaba por capacitá-los a usufruir, de maneira correta destes bens.

Cerqueira (2005), observa que a educação valoriza, cada vez mais, seu papel como formadora da cidadania, onde a escola não somente informa conhecimentos que futuramente serão a base da formação profissional, mas sobretudo forma cidadãos. Nesse sentido, Santos (2007), também complementa que, despertar a comunidade escolar para a utilização do patrimônio local como ponto de partida no processo ensino-aprendizagem implica no fortalecimento da identidade cultural, onde capacitar a comunidade para (re)descobrir e perceber os valores e particularidades de sua identidade cultural, partindo de suas experiências é aconselhável empregar a metodologia da educação patrimonial.

A educação patrimonial é uma forma de conscientizar, as comunidades da importância de preservar seus bens culturais, que são os registros dos acontecimentos da história de um lugar, de uma sociedade e que muitas vezes se perdem por falta de incentivo ou pela perda da identidade da comunidade que sofre as mudanças e interferências do mundo globalizado. Medeiros e Surya (2009) entendem a educação patrimonial como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Significa tomar os objetos e expressões do patrimônio como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos.

3. Considerações finais

Tomaz (2010) salienta que ao preservar uma edificação de relevância para a comunidade também se preservam histórias, fazendo uma ligação entre elas que vai se renovando e se ressignificando diariamente, pois com a conservação de bens patrimoniais se perpetua a memória de uma sociedade preservando-se os espaços utilizados por ela na construção de sua história. O autor, mais uma vez salienta a importância da conservação de bens patrimoniais cotidianos e acessíveis a todos, que possam estar ligados com outros espaços

de uma comunidade que se conversam e se complementam ao contar a história dos acontecimentos que ali se deram relevantes para a formação e sustentabilidade do espaço.

Ainda Oliveira *et al.* (2014), salientam que preservar o patrimônio histórico é manter as marcas de sua história ao longo do tempo, assegurando a possibilidade das gerações futuras tomarem conhecimento das manifestações produzidas socialmente ao longo de um tempo, seja no campo das artes, nos modos de viver, nas crenças, lugares ou na paisagem da própria cidade, com seus atributos naturais, intangíveis e edificados, onde as edificações, o traçado da cidade, o desenho dos passeios, praças, o paisagismo, as manifestações culturais, os costumes, o saberes, práticas culturais tornam-se referências simbólicas e afetivas da sociedade em relação ao espaço vivido, e constituem a imagem e a identidade da cidade.

A preservação do patrimônio conforme Tomaz (2010), deve-se ao fato de que a vida de uma comunidade, de um povo, está relacionada ao seu passado, à sua vivência, às transformações ocorridas na sua história de modo que a preservação objetiva servir como lugares da memória, ou seja, um local que sirva de referência para a população dos acontecimentos da comunidade de modo que a mesma refletida nesses espaços. Isso se reforça nas palavras do autor quando afirma que, o que torna um bem dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que tal bem possui para determinado grupo social, justificando assim sua preservação.

Entender o patrimônio como um bem de interesse público não basta para mobilizar a sociedade, na medida em que esta desconhece o seu valor e a necessidade de preservá-lo. Sobre isso Medeiros e Surya (2009), observam que a depredação dos bens patrimoniais é uma questão preocupante, e não pode continuar acontecendo sob as vistas da sociedade, sem que nada seja feito, pois apesar da legislação brasileira, ser bastante ampla e de boa qualidade, ainda não se efetiva na prática da forma como se faz necessário, e, até que isso ocorra, ainda será comum a perda de elementos culturais praticados em função dessa ineficiência legislativa.

É através da educação patrimonial que a comunidade tem acesso ao conhecimento do seu passado, para que a partir de então, aprenda a valorizar e respeitar o mesmo, bem como as expressões materiais que dele se origina. Nessa perspectiva Horta, Grunberg e Monteiro (1999), salientam que a Educação Patrimonial constitui um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo no qual, a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, pois o trabalho de Educação Patrimonial busca levar todos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural.

A importância de se pensar a prática educativa, incluídas na estrutura curricular das escolas com o objetivo de proporcionar elementos para a formação de uma consciência cultural mais crítica, o que sem dúvida contribuirá para a preservação do patrimônio, proporcionando as gerações futuras usufruir da herança cultural compreendendo o processo de desenvolvimento da identidade nacional. Sem dúvida, conforme Medeiros e Surya (2009), a Educação Patrimonial pode ser um instrumento de alfabetização cultural que possibilita o indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido, onde este processo leva ao desenvolvimento da autoestima nos indivíduos e comunidade, e a valorização da sua cultura.

Ainda Horta, Grunberg e Monteiro (1999), observam que a educação patrimonial pode ser desenvolvida no ambiente formal de ensino (escolas) ou informal (comunidade, associações de bairro, museus, parques ambientais) e também se adequar a qualquer tipologia de patrimônio, ou seja, qualquer evidência material ou manifestação da cultura. Souza (2008) salienta que além de um importante documento a ser trabalhado, o patrimônio cultural edificado tem sua relevância no tocante ao vínculo direto com o passado, muito perceptível para os alunos, sobretudo dada à proximidade tátil, visto serem fragmentos da história que ainda são palpáveis e perceptíveis num simples caminhar descompromissado pelas ruas das cidades.

Assim, Dias e Machado (2009) observam que a ligação de educação e preservação do patrimônio é fundamental para a formação do indivíduo, pois a escola como locus de conhecimento é indispensável para a concretização desta formação, pois ela permite socializar com os alunos o conhecimento e a valorização dos elementos que compõem este patrimônio cultural, porém, esta prática enfrenta muitas dificuldades.

Referências

- ASSUNÇÃO, Paulo de. Patrimônio. São Paulo: Loyola, 2003.
- ARANTES, A. A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. Goiânia/GO, Revista Habitus, 2006.
- CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. Horiz. antropol. [online]. 2005, vol.11, n.23, pp. 163-175. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 09 dez de 2016.
- CERQUEIRA, Fábio Vergara. Patrimônio Cultural, Escola, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Diálogos, Londrina, v. 9, n. 1, p.91-109, nov. 2005.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001.
- DIAS, Reinaldo; MACHADO, Gilmara de Cássia. Patrimônio Cultural e Turismo: Educação, Transformação e Desenvolvimento Local. Revista Patrimônio: Lazer & Turismo, v. 6, n. 8, out.-nov.-dez./2009.
- GASTAL, Suzana. Alegorias urbanas: o passado como subterfúgio: tempo, espaço e visualidade na pós-modernidade. Papyrus Editora, 2006. Disponível em: <http://books.google.es/>. Acesso em 09 dez de 2016.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia de educação patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- MALTÊZ, Camila Rodrigues. SOBRINHO, Cristiane Paula Corrêa. BITTENCOURT, Daphne Lorene Alves. MIRANDA, Kelly dos Reis. MARTINS, Lilian Nascimento. Educação e Patrimônio: O papel da escola na preservação e valorização do patrimônio. PUC Minas 2010.

MEDEIROS, Mércia Carréra de. SURYA, Leandro. A Importância da educação Patrimonia para a preservação do patrimônio. ANPUH- XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, nº10, 1993, pp. 07-28.

OLIVEIRA, Luciane Monteiro; OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures. Problemáticas da Gestão do Patrimônio e Políticas Públicas: A educação na perspectiva de mudança paradigmática. Juiz de Fora, 2008.

OLIVEIRA, T. D.; LANG, C. B.; BOCK, D. S.; COSTELLA, F. F. Preservação do patrimônio histórico e cultural através do planejamento urbano: A gestão no município de Cruz Alta/RS. Revista RevInt. , v.2, p.93 - 107, 2014.

PELEGRINI, Sandra. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol.26, no.51, p.115-140, jan./jun. 2006.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. Brasília. Memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural, São Paulo: Annablume, 2005.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. In: ENCONTRO REGIONAL ANPUH, 18., 2012, Mariana / Mg. Anais... . Mariana: Anpuh-MG, 2012. v. 1, p. 1 - 12.

SANTOS, Maria Socorro Soares dos. Educação e Patrimônio: Uma construção da Identidade. Fórum Identidades, Itabaiana, v. 2, n. 1, p.49-60, jul. 2007.

SOUZA, Valfrido Viana. Espichar e escorar: Modernização e preservação na Terra do Bode (Batalha-PI). O que fazer? In: Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural, 2008, UFPI, Teresina, PI.

TOMAZ, P. C. A Preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. São Paulo/SP, Revista Fenix, 2010.